
REFLEXÕES SOBRE A NOÇÃO DE REGIÃO EM GEOGRAFIA E SUA APLICAÇÃO *

PIERRE GEORGE **
(Professor da Sorbonne)

Originariamente uma noção geográfica — empiricamente uma realidade “administrativa” sob os nomes de províncias, de países ou de estados — ganha o vocabulário da planificação: “região econômica”, “região de programa”. Quanto mais se busca refiná-la, quanto mais se procura fazê-la conscientemente uma realidade, mais ela se mostra impalpável. Há necessidade de distinguir os quadros *formais* e os quadros administrativos, no sentido mais amplo do termo, e um “espaço-movimento” que é um espaço sem limite, varrido por fluxos e apresentando maior ou menor polarização.

I — Realidade e noção da região nos países industriais europeus

Por que procurar a definição na Europa? Porque é a pesquisa geográfica europeia que analisou, refinou progressivamente a noção a ponto da geografia europeia se afirmar antes de tudo como “regional”. O primeiro passo do espírito geográfico a respeito da região procede da permanente discussão da noção de determinismo que preocupou constantemente os geógrafos europeus durante os primeiros trinta e cinco anos do século vinte, para não dizer mais. Em que medida as unidades históricas — províncias, Estados e mais tarde as unidades econômicas — regiões industriais, regiões agrícolas ou regiões de mercados — são prefiguradas pela geografia física? Exerce ela uma influência determinante na escolha dos limites, das linhas de equilíbrio que são as *fronteiras*?

O ponto de partida é então a pesquisa de uma geografia regional *física*. Isto é tão representativo da geografia uma vez que

(*) Recebido em maio de 1968.

(**) Tradução de Nelson de La Corte.

a região "física" ou região "natural" se define na maioria dos casos como uma realidade *sintética*. Mesmo a região "geológica" é para o geógrafo uma região de síntese, uma vez que sua originalidade geológica se traduz em originalidade geomorfológica, topográfica, pedológica: como região geográfica — região natural — um maciço antigo não é somente uma massa de velhas rochas cristalinas e cristalo-filianas, mas corresponde a um tipo de "velhas montanhas".

Entretanto, a região natural é geralmente mais que uma região geológica. É uma unidade de estilo morfológico e topográfico, frequentemente uma unidade de drenagem (bacia hidrográfica) e também uma unidade climática, tendo a geomorfologia moderna associado a noção de unidade ou de domínio paleoclimático àquela de região climática atual. Na paisagem geográfica esta unidade climática se traduz por uma personalidade fitogeográfica, mais ou menos alterada pela ação humana.

Na aplicação da síntese dos fatos físicos aparece pela primeira vez o *problema dos limites*, que pela primeira vez também aparece como um problema falso e uma fonte de muitas abstrações e muitas falsificações inconscientes da realidade natural. O modo de expressão geográfica sendo, por excelência, a representação cartográfica e esta tendo em vista a cobertura total do espaço, parece indispensável traçar — portanto preliminarmente definir — *os limites regionais*. Estes limites devem exprimir a extensão das sínteses de fatores naturais personalizando uma região. Ora, salvo em casos extremos de uma natureza muito contrastada, quebrada por obstáculos topográficos radicais, que desempenham o papel de barreiras em relação a todas as influências, os espaços caracterizados e dizendo respeito a dados físicos diferentes não coincidem. A noção de limite não se aplica também segundo a natureza desses dados nas mesmas unidades de tempo. Únicamente os limites geológicos aparecem como limites nítidos e imutáveis. Em consequência, os limites topográficos e geomorfológicos também aparecem nítidos e estáveis. Os limites climáticos são variáveis em duas escalas do tempo: escala dos longos períodos parageológicos e escala das variações de curta amplitude (multianuais acíclicas). Os limites das regiões botânicas ou fitogeográficas podem ser especificamente instáveis, na medida em que elas procedem de um *climax* herdado

de condições climáticas anteriores. As discussões sobre os caracteres dos limites atuais da floresta e da pradaria na zona temperada, da savana e da floresta quente, mostram o quanto a noção objetiva de limite biogeográfico dificilmente é atingida. Nos casos mais simples ele confirma os limites climáticos.

As imbricações de domínios fisicamente homogêneos são freqüentes. Regiões climáticas ou biogeográficas recobrem unidades geológicas e geomorfológicas diferentes. Conjuntos geomorfológicos sustentam unidades bioclimáticas freqüentemente distintas. A Normandia antes de ser uma província histórica é uma região climática que recobre uma parte do maciço armoricano e toda uma gradação de auréolas sedimentares da bacia parisiense do liássico ao cretáceo superior. A umidade e a cobertura herbácea são muito mais representativas da Normandia que qualquer tipo de rocha. O Maciço Central francês, cujo caráter dominante é ser um conjunto de terras altas e um centro de dispersão de águas, divide-se em três regiões climáticas: oceânica, semi-continental e mediterrânea.

Estas imbricações e estas disparidades fizeram nascer nos mais sutis geógrafos europeus a idéia das regiões de transição, a noção de regiões caracterizadas pela reunião dos contrastes: as regiões de "carrefour", as regiões de contacto. Estas noções de unidade na disparidade se inspiram de um lado na ação humana que é freqüentemente uma *ação unificadora pela mobilização das complementaridades*. A região "carrefour" ou região de transição é pelo menos um valor potencial e o mais freqüente como realidade histórica ou presente, uma construção das coletividades humanas, uma reunião voluntária freqüentemente polarizada em uma cidade, centro de comando responsável por esse reagrupamento.

A passagem se efetua, assim, da região natural à *região histórica*, à *região econômica* e à *região geográfica*. Pela antigüidade de seu povoamento e também pelo isolamento de seu meio natural por uma tectônica e uma morfologia compartimentada e diferenciada, a Europa é uma área de pequenas unidades organizadas de uma maneira mais ou menos estável no decorrer das sucessivas fases de sua história. Essas pequenas unidades tomaram significação de territórios apossados e governados, de províncias, de Estados, mas cuja fixação e conservação das fronteiras fez correr bastante sangue.

Elas são a base concreta, espacializada, delimitada, dos provincialismos e nacionalismos. Elas são também meios culturais com um incomparável patrimônio arqueológico e artístico. Na medida em que as concepções logísticas do passado identificaram obstáculos naturais (montanhas ou rios) a fronteiras militares ou políticas, certas coincidências identificam traços dominantes da geografia física a unidades históricas e políticas.

A ascensão das realidades e das considerações econômicas ao primeiro plano dos imperativos e dos fatores de decisão da época contemporânea colocou em questão as divisões territoriais saídas da história muito mais que qualquer reforma administrativa, como a "departamentalização" do território francês no fim do século XVIII. A primazia do econômico colocou em questão a noção de *espaço findo*, substituindo a utilização e a definição contínua e global do espaço por uma dinâmica de relações e de tensões que implica em uma alteração constante da base espacial dos fatos e das iniciativas econômicas.

Certo é que a revolução industrial introduziu novas formas de espaço concreto e rigorosamente delimitado; as bacias mineiras são a mais representativa. Mas esses espaços são apenas elementos de base de sistemas de produção e de relação que se projetam no espaço *em escalas diferentes*, de uma maneira descontínua no tempo e realizando uma ocupação diferenciada do espaço, a ponto de criar novas escalas de valores infinitamente mais contrastadas que todas aquelas que se conheciam anteriormente. Quando se opõe, na França, a centralização parisiense a uma política de remodelagem da província em torno das "metrópoles de equilíbrio", coloca-se em questão duas formas de organização do espaço nacional em dois níveis diferentes. A centralização parisiense, desvitalizando as velhas províncias e privando-as de seu potencial de mutação em "regiões econômicas", levou a vida local à dimensão de pequenas unidades centradas em uma cidade de tamanho variado ou em uma pequena região natural explorada como região agrícola. Todas as decisões e ações importantes são transferidas para a capital e a sociedade funcional local é marginalizada no sentido em que todos aqueles que assumem responsabilidades importantes estão domiciliados em Paris. A resistência de certas províncias — tornadas regiões no

sentido econômico do termo — à centralização e aos processos de revitalização dos grandes centros de animação, através de investimentos e equipamento apropriados, tem por objetivo reestruturar, pelo menos até um certo nível de decisão e de gestão, frações mais ou menos importantes do espaço nacional. Essas funções se definem numa escala intermediária entre a vida nacional — esta economicamente integrada num espaço mais vasto que é o espaço europeu — e a vida local. Mas não há, por outro lado, hierarquização para o conjunto do território. Certas porções do país continuam a viver numa escala local sob a dependência do aparelho central, outras porções se encaminham em direção à escala regional. Algumas já ingressaram nos sistemas “europeus”.

Entre os sistemas de escalas diferentes os limites não são palpáveis. Não existem limites senão sob a forma de limites convencionais que são limites de necessidade: fronteiras de Estados e limites administrativos. Cada vez mais se percebe o perigo que apresenta a consagração desses limites para o desenvolvimento econômico. Limites de necessidade no plano administrativo, eles tornam-se obstáculos ao desenvolvimento se deles se fizer *quadros de ação*. Isto acontece cada vez com maior intensidade já que a ação se exprime sob a forma de forças — ou de relações de forças — que se projetam sobre o espaço em *linhas de força* e em *fluxos* cuja intensidade e potência determinam a extensão. Intensidade e potência sendo, por definição, *variáveis* a extensão é necessariamente também variável.

Geográfica e cartograficamente a observação dessas realidades novas, emanadas da revolução industrial, conduz à passagem da noção de espaço à noção de ponto, isto é, à noção de origem ou de resultado das forças. Esta noção foi apresentada mais frequentemente sob a forma de *espaço polarizado*, centralizado em uma grande cidade, dispondo de um poder de decisão mais ou menos considerável.

Ela se aplica ao conjunto dos países industriais europeus com variantes procedentes da natureza da herança histórica própria de cada país. Ela dá a imagem de uma reunião *descontínua* de “focos” de ação regional, dominando um espaço de contornos que mudam

segundo a conjuntura, salvo quando um limite natural radical se impõe (mar, grande cadeia de montanhas como os Alpes).

Fora do espaço "polarizado", na escala regional, os "vazios" ficam diretamente sob a influência das grandes metrópoles nacionais ou regionais que dispõem dos serviços e dos meios de impulsão de nível superior. Mas, nos países os mais densamente povoados e os mais intensamente explorados, como a República Federal Alemã, a Itália do Norte, a planície suíça ou os Países Baixos, a polarização pode se *atomizar*, as funções ditas de Metrópoles são divididas entre diversos centros que fazem parte de complexos urbanos regionais, onde *funcionalmente* nem sempre é possível distinguir hierarquicamente cidades, que se diferenciam somente pelo número de seus habitantes, como Milão, Como e Novara, na Itália do Norte. A região é então um *espaço de relação* e mesmo de *interrelação*, um *complexo de fluxos* onde se densifica ao extremo a atividade econômica, social, cultural e que pode estar separada de um outro complexo semelhante por vazios econômicos que são atravessados e dominados por necessidade, uma vez que fazem parte do espaço concreto integrado.

Não há dúvida que na Europa a passagem da noção de espaço contínuo e delimitado, ao nível do Estado e da província, à noção de espaço descontínuo e polarizado é a consequência da excepcional importância da revolução industrial e da transferência de 2/3, pelo menos, da população para os organismos urbanos. Trata-se agora de examinar o sentido que convém dar, ou conservar, à noção de região em outras condições geográficas, históricas e econômicas encontradas no mundo.

II — *Diversidade da noção de região na escala mundial*

Em todo país onde a ação humana é pouco marcada e onde as condições naturais são mais suportadas que dominadas, a *região natural* é a unidade geográfica por excelência. Ela é definida e, tanto quanto possível, delimitada pelo fator natural principal que dá a região sua personalidade: geomorfologia, clima, solo, vegetação. Os países que conhecem grandes espaços topográfica e geologicamente pouco diferenciados recomendam uma regionalização com

base bioclimática e pedológica que se confundem aproximadamente com uma zonalização: planície russa, África Ocidental e Central. Na América do Norte, a zonalização se vê colocada ortogonalmente pela disposição meridiana das grandes unidades de relevo, que implica interferência entre "continentalização" e "zonalização" do clima. Mas, aqui a desigualdade do impacto da ação humana se superpõe ao esquema geral das regiões naturais, dos esboços mais ou menos fixos de regiões de civilização e do equipamento que são, no sentido mais amplo do termo, as regiões históricas. Na medida em que todo o território não é efetiva e profundamente humanizado, as regiões históricas constituem ilhas no meio de regiões naturais mais vastas, ou cortam muitas frações de regiões naturais diferentes: as regiões de colonização antiga na América do Norte — Quebec, Nova Inglaterra, Pensilvânia, Velho Sul. As criações da economia industrial pertencem a três categorias de espaços geográficos. Elas se superpõem diretamente a um território "natural" sem ocupá-lo necessariamente em sua totalidade, ou se enxertam sobre uma região histórica. As descontinuidades espaciais são aqui mais sensíveis que na Europa, porque o povoamento é muito menos denso e muito mais difuso e o enraizamento ainda é muito superficial, tendo isto como corolário a mobilidade da população. Elas se apresentam em seu grau máximo quando a economia industrial precede ou substitui a economia agrícola.

Dois níveis técnicos de "regionalização" devem ser distinguidos na qualificação do espaço e nas evoluções dos processos de utilização do solo: o *nível agrícola*, onde a forma ideal (e intensiva) é uma ocupação total e contínua do espaço *útil* — os limites da grande região agrícola são aqueles deste espaço útil, os da pequena região agrícola são os da especialização nas exportações das particularidades locais desse espaço útil — e o *nível industrial*, que reclama um emprêgo seletivo e específico do espaço. A seleção se aplica à mobilização dos recursos fornecidos pelo solo e sub-solo e à valorização dos locais favorecidos pelas condições de relação de consumo e trocas. A passagem da consideração de um espaço global àquela de pontos privilegiados é evidente. E cada ponto privilegiado se define em relação às convergências de fluxos.

É, portanto, normal que todo país que passa da idade agrícola

— e com mais forte razão, da idade agrícola de economia de subsistência — à idade industrial seja levado a reconsiderar sua imagem do espaço. Trata-se, de fato, muito mais de uma diferença *essencial*, no sentido original da palavra, entre formas de *descontinuidade* de ocupação do espaço que de uma verdadeira oposição entre ocupação contínua e ocupação descontínua. A agricultura não passa de uma forma aparente de ocupação contínua. Ela é tanto mais vacuolar quanto fôr fraco o povoamento, quanto forem rudimentares as técnicas e a repartição dos campos fragmentária. Mas ela se define em “espaços cobertos”. Ao contrário, a indústria e tôdas as atividades saídas do desenvolvimento da economia e das técnicas industriais se projetam sôbre o espaço em *rêde de pontos e linhas*. Todo processo de desenvolvimento que se conduz de uma economia exclusivamente agrícola a uma economia mais ou menos industrial exige uma mutação na estrutura orgânica do espaço e na concepção da região e da geografia regional. Convém insistir-se sôbre o fato de que a concepção corresponde a uma realidade e que quando se quer passar da observação à ação é necessário ter esta realidade presente ao espírito.

III — A noção de região como elemento de planificação e de política de desenvolvimento

Tôda geografia voluntária, para retomar o termo criado por Gabriel Dessus em 1944 e desenvolvido por Jean Labasse, parte necessariamente de uma apreensão e de uma qualificação de espaço, objeto de ação e de “aménagement” (e esta apreensão e qualificação do espaço procedem de um desenvolvimento progressivo da avaliação), da análise à síntese de tôdas as suas potencialidades, em função das possibilidades de aplicação das técnicas adquiridas (e como condição primeira dos investimentos). Conseqüentemente, trata-se sucessivamente de uma definição superficial e acabada que diz respeito ao conjunto dos dados naturais, à extensão do espaço útil para a agricultura e a uma busca dos pontos de comando e das linhas de força que podem condicionar o desenvolvimento da economia de indústria e de relação.

Numa prospecção das potencialidades de um espaço nacional

duas etapas são necessariamente associadas. A primeira corresponde à definição da pesquisa de delimitação e personalização das "regiões homogêneas", apresentando uma unidade de potencialidades ocupando um espaço acabado. Essas regiões homogêneas são regiões com destino ou com utilização agrícola, correspondentes a extensões de caracteres físicos, topográficos, pedológicos, bioclimáticos comuns e, nas condições mais favoráveis, dentro de limites fáceis de definir. Nos países onde a agricultura fixou há longo tempo um povoamento rural, este povoamento constitui, por sua vez, um fator de industrialização e de personalização da região. Ele pode mesmo sobreviver ao desaparecimento das formas originais da exploração agrícola e tornar o elemento principal da individualização da região, compreendida aí a fixação de seus limites, que são, neste caso, limites de densidade ou "fronts" de povoamento (frentes pioneiras, limites de ocupação em relação à distribuição das fronteiras físicas, etc...).

A segunda pesquisa diz respeito à determinação dos "pontos fortes", das zonas de centralidade regional, ou das áreas de especificidade industrial, tais como as bacias mineiras, e a detecção das direções privilegiadas pelas correntes de relação. Ela diz respeito ao conjunto do espaço dominado pelos fenômenos de centralidade e percorrido pelos fluxos de relação, mas atinge este espaço indiretamente por intermédio da ação polarizada e canalizada da rede de serviços e de trânsito da economia industrial e urbana. Pode-se procurar determinar áreas "ótimas" de organização do espaço em torno de pontos fortes, isto é, de "polos de desenvolvimento", segundo a especificidade das relações, das impulsões, das atrações que caracterizam cada um deles. Por aí é possível traçar linhas de equilíbrios circunstanciais entre as áreas dominadas por polos vizinhos. Mas é necessário não considerar uma tal divisão espacial, por outro lado, a não ser como um esboço de análise e, a rigor, um esquema de planificação a curto termo. Objetivamente não se pode definir senão intensidades de irradiação e de direções de relação. Seria necessário ainda muito tempo para que todo espaço nacional, mesmo de um país rico de um longo passado histórico, consiga ser integralmente coberto por uma rede homogênea, contínua, onde fluxos de intensidade constante e hierarquizada possam assegurar a harmonia das relações entre todos os pontos de polarização.

Em todo país, pelo contrário, existem rêdes de competência e de extensão limitadas, de contornos variáveis segundo a conjuntura, formando um verdadeiro arcabouço regional, e espaços pouco atraivos ou, até o presente, abandonados, que dependem diretamente de um centro de polarização maior para suas relações mais elevadas e que vivem, para o essencial, em economia difusa. Esses espaços separam as regiões polarizadas umas das outras e seria inútil querer fazer abstrações da disparidade que existe, por um tempo mais ou menos longo, entre as *regiões* e as "*interregiões*". Diante de um espaço nôvo a organizar é necessário transferir essa imagem da realidade experimental. Os investimentos de estruturação regional são rentáveis nas frações de território onde a polarização é um motor certo de desenvolvimento ou pelo menos de animação. Eles são ineficazes quando as condições da criação de um verdadeiro sistema regional não são realizados ou imediatamente realizáveis. A "polarização" integral de um território regional ou de uma fração de continente não pode se realizar em uma só operação. Por outro lado, a geografia natural e a história indicam espaços privilegiados para que se tornem regiões estruturadas sôbre linhas de força e pontos de trânsito, de comando e transmissão. Cabe ao estudo geográfico fornecer todos os elementos da diagnose dessas regiões em potencial, abstendo-se de encerrá-las dentro de limites precisos, que só podem ser entraves ao desenvolvimento presente e futuro (os limites não podem ser outra coisa que convenções de uso administrativo e demarcações circunstanciais, portanto temporários). É necessário habituar-se à idéia de que nos intervalos das *regiões* permanecem, durante um tempo mais ou menos longo, reservas de espaço geradas diretamente pelos aparelhos centrais de negócios e de administração, apresentando um ritmo de vida mais lento. Algumas dessas reservas podem ser levadas a se esvaziar de sua população se não possuírem condições de rentabilidade do trabalho e dos investimentos até o momento em que uma mutação tecnológica ainda imprevisível, ou novas condições demográficas, lhes reintegram num espaço de primeira importância ⁽¹⁾. Esta observação po-

(1) Inversamente, "regiões" edificadas sôbre formas arcaicas de utilização do solo e de sistemas de relação podem tornar-se "zonas deprimidas" em uma outra fase da organização espacial e da tecnologia.

deria ser alçada ao nível de um princípio, o da circunstancialidade da realidade regional que implica, em um momento dado, na descontinuidade, o que vem afirmar mais uma vez a complementaridade das noções de tempo e de espaço no sistema histórico-geográfico, que rege a evolução e as transformações das economias e das sociedades.